

A NATUREZA DESIGUALITÁRIAS DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS E A ILUSÃO DA COLETIVIDADE DURKHEIMIANA

THE UNEQUAL NATURE OF THE COLLECTIVE REPRESENTATIONS AND THE ILLUSION OF THE DURKHEIMIAN COLLECTIVITY

José Sávio Leopoldi

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF

jsleopoldi@uol.com.br

Resumo: Nosso intuito é (re)discutir os conceitos de coletividade e de representações coletivas, que constituem importantes contribuições de Durkheim ao estabelecimento da sociologia como ciência. Se a construção daqueles elementos segundo o paradigma durkheimiano, mostra, por um lado, a importância da participação da coletividade naquela construção, por outro, acaba resultando na depreciação do papel do indivíduo, o que leva a uma distorção da “natureza” mesma da coletividade e das representações. Isso acontece porque os diferentes sujeitos acabam homogeneizados na elaboração daquelas instâncias, apesar de – na realidade – atuarem como participantes individualizados e necessariamente desigualitários nesse processo. Afinal, na dinâmica social, cada sujeito coloca em jogo suas representações individuais, seus desejos e seus interesses, de cujo confronto resulta que alguns contribuem de maneira mais decisiva para as construções coletivas. Dessa maneira, suas - com as modificações recebidas pela influência de outras representações individuais - se tornam as representações coletivas do contexto social considerado. Daí poder-se dizer que tanto a coletividade como as representações coletivas não atuam da mesma maneira e com a mesma força sobre todos os indivíduos: os mais “fortes” têm mais influência na construção do social e mais poder na vida em sociedade.

Palavras-chave: Durkheim, fato social, coletividade, representações coletivas, indivíduo.

Abstract: Our intention is (re)discuss the concepts of collectivity and of collective representations, that constitute Durkheim's important contributions to the establishment of the Sociology as science. If the construction of those elements according to the durkheimian paradigm, shows, on one side, the importance of the participation of the collectivity in that construction, on the other, ends up resulting in the depreciation of the individual's paper, what ends up in a distortion of the true "nature" of the collectivity and of the representations. That happens because the different subjects are homogenized in the elaboration of those instances, in spite of the fact that they necessarily act as individualized and unequalled participants in that process. After all, in the social dynamics, each subject deals with his/her individual representations, their desires and their interests, of whose confrontation results that some contribute in a more decisive way to the collective constructions. So, their representations - with the modifications received by the influence of other individual representations - become the collective representations of the considered social context. Then, we can say that as much the collectivity as the collective representations they don't act in the same way and with the same intensity on all of the individuals: those who are "stronger" have more influence

in the construction of the social phenomenon, have more power in social life and are less oppressed by the collective representations, that is, by the social facts.

Key-word: Durkheim, social fact, collectivity, collective representations, individual.

O objetivo central deste trabalho é promover uma discussão em torno do que nos parece a contribuição mais importante de Durkheim à emergência da sociologia como ciência, ou seja, a noção de *fato social* bem como de *representações coletivas*. Em última instância buscamos argumentar que, segundo o paradigma durkheimiano, a autonomia atribuída aos fenômenos sociais, se por um lado mostra a verdadeira natureza da instância coletiva, por outro, acaba marginalizando de maneira radical o indivíduo – o sujeito que se diferencia de todos os outros e é o agente da ação prática – na construção daqueles fenômenos. Isto porque ao considerar apenas o resultado das interações individuais que resultam tanto em fatos sociais como em representações coletivas, os indivíduos acabam sendo homogeneizados na elaboração dessas instâncias, apesar de – na realidade – atuarem como participantes individualizados e desiguais nesse processo e serem objetos do poder coercitivo daquelas representações também de maneira diferenciada.

Em larga medida, o pensamento de Durkheim decorreu das complicadas “negociações” que manteve com a psicologia, cujo prestígio tendia a se espalhar para o campo das relações sociais, bem como da correta convicção de que o fenômeno social não se confunde com o individual ou o psicológico e, conseqüentemente, não pode ser explicado por meio deles. O destaque dado à autonomia do fato social – que doravante iria marcar decisivamente o campo sociológico – contribuiu para um distanciamento, na verdade quase uma ruptura metodológica, entre o indivíduo e a coletividade. A autonomia do social foi um fator decisivo para a implementação da sociologia como disciplina autônoma, mas o agente individual e os fenômenos sociais e simbólicos que ele ajuda a criar tiveram doravante suas conexões muito diluídas. A prioridade dada ao processo coletivo de construção dos fatos sociais acabou dificultando a compreensão da natureza “última” de tais fatos, porque compromete o reconhecimento da participação diferenciada dos indivíduos nesse processo, uma vez que distorce a relação entre individualidade e coletividade e, por extensão, a própria essência desta. É como se os fenômenos sociais resultassem da atividade de um único “ser coletivo”, de uma coletividade indiferenciada, no sentido de que todos os indivíduos teriam uma participação semelhante na sua construção. Para que seja dado o devido destaque àquela

participação diferenciada e às inevitáveis consequências que resultam dela, é preciso rever em alguma profundidade a concepção de Durkheim sobre fato social. E este é um dos pontos centrais deste trabalho

Outro ponto a ser discutido é o que diz respeito à representação coletiva para a qual raciocínio semelhante se aplica, pois, na medida em que é pensada em termos do resultado de uma participação coletiva, ela surge como um produto da interação dos indivíduos, como se todos também tivessem contribuído para sua formação em termos igualitários. Essa questão não foi aprofundada por Durkheim e acreditamos que uma avaliação mais rigorosa da participação individual na construção da representação coletiva traria uma compreensão maior não apenas dessa construção como também da forma diferenciada pela qual ela se impõe aos diferentes indivíduos. Essa participação diferenciada é que queremos destacar, pois dela resulta que, se uma dada representação exerce coerção sobre a coletividade, ela não o faz da mesma maneira e com a mesma força sobre todos os indivíduos. A relação entre uma dada representação coletiva - particularmente a compartilhada por um grupo secundário do qual o indivíduo participa - e este indivíduo vai depender do papel que ele desempenhou na formação daquela representação e isso traz grandes implicações para o contexto social respectivo.

Mas vamos por partes. Durkheim define o fato social como todo “modo de agir, pensar e sentir exterior ao indivíduo”. Se se priorizam os aspectos simbólicos implicados nessa definição, pode-se seguramente correlacionar “fato social” com a ideia de cultura avançada por Geertz (1978) ao referi-la como uma “teia de significados” que envolve os indivíduos de uma dada sociedade, governando o seu comportamento, sua visão de mundo, seus valores e impondo-lhes as representações coletivas características daquela sociedade. Fatos sociais são elementos constitutivos da sociedade e transmitidos às gerações futuras pelos instrumentos culturais específicos dessa sociedade. Como elementos culturais, os fatos sociais são construídos pela coletividade, ou seja, pela interação dos indivíduos e transmitidos e validados pelas instâncias sócio-culturais, sejam elas instituições como as educacionais ou procedimentos informais como acontece no processo de socialização das crianças.

O fato social embora seja externo ao indivíduo acaba internalizando-se nele, de modo que seu comportamento individual obedece a um padrão, a uma forma coletiva de agir, pensar e sentir. Essa internalização se dá pelo envolvimento do indivíduo na “rede de significados” acima referida, vale dizer, pela internalização de padrões, valores e significados culturais que permeiam o tecido social. Aqui entra, então, o papel das

representações coletivas, que podem ser consideradas como significantes que remetem a noções “concretas” que viabilizam a comunicação entre indivíduos e a significados culturais mais subjetivos como os valores, as normas e modos de pensar e sentir. Em termos mais objetivos, pode-se exemplificar uma representação com a ideia de “família” compartilhada por uma sociedade. Embora definições precisas dificilmente sejam elaboradas pelos diferentes indivíduos dessa sociedade, todos saberão de que se trata quando o termo vem à baila em pensamento, em qualquer conversação ou aparece em textos, como manchetes de matéria impressa, artigos de jornal ou revista.

Embora as obras de Durkheim tenham já completado um século de publicação, seu pensamento continua muito presente no campo das ciências sociais, como pode ser atestado pela publicação do trabalho de Antony Giddens sobre o autor em 1978 na coleção *Modern Masters* da editora inglesa Fontana.¹ Apesar do conjunto da obra de Durkheim não ser particularmente vasto, ele discutiu de forma inovadora vários aspectos controversos da produção política, sociológica, psicológica e filosófica da sua época, marcadamente a segunda metade do século XIX. O objetivo deste trabalho não é destacar a contribuição de Durkheim ao pensamento sociológico, o que já tem sido feito por inúmeros intelectuais de várias áreas. Nossa proposta é bastante mais modesta, ainda que muito desafiadora, no sentido de que focalizaremos apenas alguns pontos marcantes do seu trabalho, com o propósito de exercitar o espírito crítico para tentar mostrar como a excelência de suas proposições acabou por dificultar alguns avanços que poderiam ter sido feitos a partir delas. Em outras palavras, elas ganharam tanto prestígio no campo científico que, por assim dizer, permaneceram virtualmente imunes a desdobramentos que poderiam colocá-las sob algum tipo de suspeição. Não estamos dizendo com isso que o trabalho de Durkheim é imune a críticas e revisões, mesmo porque vários aspectos dele já foram superados e outros têm sido contestados com consistência e segurança. Não obstante, o prestígio daquele que pode ser apontado como o fundador da moderna sociologia continua suficientemente forte para legitimar ideias e pensamentos desenvolvidos nas mais variadas obras das ciências sociais.

Antes de prosseguirmos, cabe fazer referência a uma “questão de ordem”. A tradução que nos parece mais adequada da palavra francesa “fato” - referido ao “social” – do texto durkheimiano para a língua portuguesa é sem dúvida “fenômeno”. Isto porque “fato” entre nós remete primeiramente a episódios concretos como

¹ Publicado pela editora Cultrix, São Paulo, 1981, na coleção *Mestres da Modernidade*.

“acontecimento”, “sucesso”, “episódio”, “caso”. A acepção dada por Durkheim a “fatos sociais” diz respeito, antes de tudo, a “coisas” abstratas e por isso a nossa preferência pela palavra “fenômenos”, situada num nível de abstração mais elevado e mais compatível com as ideias desenvolvidas pelo sociólogo a respeito dos “fatos sociais”. Assim, além de “fato”, palavra que, de qualquer maneira, ficou associada de maneira vigorosa ao discurso durkheimiano, estaremos utilizando também, e preferencialmente, o termo “fenômeno social” para designar o objeto por excelência da disciplina sociológica.

Para Durkheim, então, “fatos sociais” ou “fenômenos sociais” são “maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo; são também dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, que não” (DURKHEIM, 1963, p. 2). Tais fenômenos, em termos mais objetivos, consistem em representações e ações coletivamente constituídas e, por resultarem da interação dos indivíduos, não se referem a suas individualidades particulares. Têm, ao contrário, fundamento no conjunto dos indivíduos e impõem o “espírito da coletividade” em cada sujeito particular, que opera como ser social, isto é, que age, pensa e sente – em larga medida – segundo os padrões adequados ao seu ambiente sociocultural.

Parece claro, então, que formas de agir, pensar e sentir não constituem na realidade representações como tal, mas, sim, “atividades” desempenhadas pelos indivíduos de determinado contexto social *em decorrência* das representações coletivas que impregnam tais indivíduos. Dessa forma, percebemos que todo o edifício durkheimiano está alicerçado no conceito de representação e é a partir dele que iniciamos nossa discussão visando a destacar o seu caráter desigualitário para, em seguida, matizar com nitidez nossas considerações sobre a noção de coletividade e a “ilusão” embutida na proposta de Durkheim referida no título deste trabalho.

Atualmente, não deixa de constituir um truísmo antropológico a ideia de que a cultura antecede o indivíduo no sentido de que quando ele vem ao mundo ela já está estabelecida e vai moldá-lo, primeiro através das pessoas que fazem parte do seu círculo mais íntimo de amizade e parentesco, através do processo de socialização; depois, pela submissão gradativa às instituições sociais, à medida que se vai inserindo no mundo dos adultos e tornando-se um sujeito integrado ao contexto social. Pode até vir a desempenhar um papel importante no permanente e imprevisível processo de mudança

sociocultural se se tornar uma pessoa influente, poderosa, e, conseqüentemente, exercer maior influência sobre os rumos que a sociedade venha tomar. Porém, de qualquer maneira, as regras, valores e padrões culturais submetem esse e qualquer outro indivíduo às suas determinações, razão pela qual se pode dizer que existem fora dele e exercem sobre ele um poder coercitivo.

É fácil também perceber que o que se tem referido até aqui como “formas de agir, pensar e sentir” nada mais são do que processos culturais na sua acepção mais moderna, ou seja, a que privilegia as instâncias simbólicas desses processos, como já salientamos ao destacar a concepção geertziana da cultura. Pois, na tecedura da “rede de significados culturais” – expressão que, a nosso ver, contempla amplamente a noção de fato social durkheimiano – percebem-se as representações sociais como as unidades significantes que estruturam toda a rede. Afinal, a comunicação que caracteriza por excelência a socialidade, que possibilita a relação com o outro e que em última instância confere ao “eu” a sua dimensão social, se alicerça na combinação de representações expressas pelos indivíduos, as quais surgem como substrato da ligação entre eles. Dessa maneira, as representações fazem da coletividade algo mais do que a simples soma de individualidades.

Mas, se fatos ou representações sociais são, por excelência, fenômenos culturais, a rigor nem todos os fatos sociais na acepção durkheimiana se confundem com representações, pois há que distinguir “modos de agir” de “modos de pensar e sentir”. Isto porque se todos podem ser percebidos como dados culturais, o “agir” se distingue daquelas outras manifestações pela sua concretude e objetividade; por isso, parece-nos mais apropriado conferir a esse termo não o status de “representação”, mas de “acontecimento social”. “Agir”, significa “atuar”, “fazer”, “exercer atividade”, ou seja, considerando o texto durkheimiano, atuar de maneira socialmente adequada, vale dizer, devidamente ancorada nas representações coletivas. Isto porque alguém age ou se comporta de determinada maneira em consonância com os valores, normas e padrões da sua sociedade, que por sua vez estão sintonizados com as representações coletivas características dela. A ação é, pois, uma coisa concreta, visível, objetivada, e por isso se distingue claramente das formas de pensar e sentir, processos fundamentalmente abstratos que decorrem das representações e se objetivam através dos comportamentos exibidos pelos indivíduos. Modos de pensar e sentir não são percebidos empiricamente devido exatamente à sua natureza, à sua “abstração essencial”, se não quando se transformam em ações, posturas, comportamentos concretos, observáveis. São também

fenômenos culturais e sociais e possuem proximidade maior com as representações por sua natureza abstrata, mas também não se confundem com elas, porque decorrem delas.

Em termos mais práticos, representações sociais consistem em ideias, noções, concepções e conceitos – expressão esta preferida por Durkheim – que as sociedades necessariamente desenvolvem para possibilitar a interação social, a comunicação, o diálogo. A forma mais óbvia dessa interação é concretizada pelo uso da linguagem, pela troca de palavras, que incorporam as referidas ideias e noções socialmente construídas e lhes conferem objetividade. Mas nesse processo o diálogo nunca é perfeito porque cada indivíduo operacionaliza a representação coletiva de maneira particularizada, no sentido de apresentá-la necessariamente como uma representação individual. Isto porque o indivíduo é ao mesmo tempo um ser coletivo e individual, constringido a reproduzir representações coletivas que são necessariamente filtradas por sua visão individualizada, por sua consciência individual. Esta transforma, assim, as representações coletivas em representações individuais. Pode-se, pois, dizer que as representações coletivas remetem a tantas representações individuais quantos são os indivíduos particulares, porque cada um deles “tem” a “sua” representação. Assim, cada representação individual é única no sentido de que é produzida pela respectiva consciência individual, embora o significado de uma delas seja semelhante ao das demais representações individuais referidas à mesma representação coletiva. Isto é, afinal, o que possibilita o diálogo entre pessoas, as quais, apesar de expressarem suas próprias representações individuais, elaboraram-nas em consonância com a mesma representação abrangente, coletiva, construída pela coletividade.

No entanto, as diferenças entre as representações individuais, por menores que sejam, acabam criando “ruídos” na comunicação, que resultam do fato dos sujeitos decodificarem a mesma representação segundo suas experiências pessoais e sociais, suas características individuais, seu perfil psicológico, em suma, segundo sua visão de mundo. Essa tensão na comunicação entre pessoas, essa impossibilidade de que ela seja rigorosamente feita sem “incompreensões” é destacada pelo próprio Durkheim nos seguintes termos:

cada civilização tem o seu sistema organizado de conceitos que a caracterizam. Em face desse sistema de noções, o espírito individual (...) se esforça para assimilá-las, porque tem necessidade delas para poder tratar com seus semelhantes; mas a assimilação é sempre imperfeita. Cada um de nós a vê à sua maneira. Existem as que nos escapam completamente, que permanecem fora do nosso círculo visual; outras de que só percebemos certos aspectos. Existem mesmo

muitas que deformamos ao pensarmos sobre elas; pois como são coletivas por natureza, não podem se individualizar sem serem retocadas, modificadas e, por conseguinte, falsificadas. Daí resulta que temos tantas dificuldades para nos entendermos que, muitas vezes, mentimos sem o saber; é que todos empregamos os mesmos termos sem lhes dar o mesmo sentido (apud RODRIGUES, 1984, p. 175-176).

Daí poder-se então dizer que a coletividade está para o indivíduo como as representações coletivas estão para as representações individuais. Em outras palavras, a coletividade não constitui a simples soma de indivíduos, mas sobrepõe-se a ela; da mesma maneira, uma representação coletiva não constitui a soma das representações individuais, mas contém todas elas. E, assim como não se pode pensar a coletividade a partir de um indivíduo isolado, não se pode também deduzir uma representação coletiva de uma única representação individual. Não é por outra razão que as pesquisas em ciências humanas remetem, via de regra, a investigações sobre conjuntos de indivíduos para que se possa discernir uma norma social, um padrão de comportamento, um valor aceito pela comunidade, uma representação coletiva. Isso acontece porque tais inferências só podem adequadamente expressar o sentimento, a visão ou o espírito da coletividade, se se levar em conta uma amostra representativa dela. Se as representações individuais dizem respeito aos indivíduos, às consciências individuais, as representações coletivas dizem respeito ao conjunto da sociedade, à sua consciência coletiva, e só podem ser deduzidas a partir de uma apreciação do conjunto social.

Durkheim parece radicalizar sua posição ao afirmar que não se pode individualizar as representações coletivas sem “falsificá-las”, de modo que muitas vezes “mentimos” sem o saber. Sem dúvida, o indivíduo ao expressar uma representação coletiva o faz por sua consciência individual e nesse sentido é mais do que natural que ocorram necessários retoques e modificações que resultam da impossibilidade da representação individual encapsular de maneira absoluta a representação coletiva. Mas isso não significa que o sujeito pratique a falsificação ou a mentira na comunicação com outras pessoas, porque não só a distorção da representação coletiva é inevitável quando expressa pelos indivíduos, como mentiras e falsificações são ações conscientes que envolvem má fé, manipulação, e como tal são perfeitamente reconhecidas por quem as pratica. A distorção da representação coletiva é fenômeno não motivado conscientemente, uma vez que independe da vontade do sujeito e necessariamente acontece na expressão individualizada dessa representação pela consciência particular.

As expressões utilizadas por Durkheim talvez tenham visado exatamente a deixar bem claro ao leitor a dificuldade inerente à comunicação e que de alguma maneira, em algumas ou várias situações sociais, ele agiu como “mentiroso” a despeito de suas melhores intenções comunicacionais. Refletindo sobre essas “mentiras” provavelmente ele vai compreender com mais profundidade o que Durkheim quis realmente dizer, ou seja, que a comunicação (sem “ruídos”) é absolutamente impossível, já que as pessoas usam os mesmos termos sem lhes emprestar (exatamente) o mesmo significado.

E como se constroem as representações coletivas? Como a própria expressão anuncia, se elas são coletivas é porque são construídas pela coletividade, mas é preciso também acrescentar que esse procedimento não é consciente, isto é, não é realizado com o objetivo de criar representações, como se fosse uma atividade programada. Ela acontece quando a sociedade se defronta com algo novo e precisa formular uma noção adequada sobre ele e lhe atribuir um termo designativo. Mas as representações já existentes estão também sempre sofrendo um processo de remodelação em vista da dinâmica intrínseca à vida social que – num ritmo razoavelmente lento - sempre refaz seus objetivos, redefine relações sociais, modifica padrões, valores e comportamentos culturais.

Para Durkheim, então, a representação coletiva é elaborada de forma inconsciente por uma coletividade, como se brotasse “naturalmente” das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos dessa coletividade, pairando além e acima dos sujeitos particulares. Embora cada um tenha uma personalidade própria, com um distinto perfil psicológico, é também um agente social, um ser coletivo e, como tal, é impregnado pelas representações coletivas que permeiam o contexto social em que ele se insere. Ao expressar uma dessas representações, só pode fazê-lo como indivíduo, dada suas características particulares que o diferenciam de todos os demais, apropriando-se apenas de parte dela e exprimindo-a, então, como representação individual. Assim, uma dada representação coletiva não se confunde com as representações individuais dela resultantes, mas mantém com elas um vínculo que torna possível sua expressão.

Segundo Durkheim (1970, p. 33, 34):

a sociedade tem por substrato o conjunto de indivíduos associados. O sistema que formam pela união (...) constitui a base sobre a qual se constrói a vida social. As representações que são a trama dessa vida, originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total. (...) Na elaboração do resultado comum,

cada qual traz a sua quota-parte; mas os sentimentos privados apenas se tornam sociais pela sua combinação, sob a ação de forças *sui generis*, que a associação desenvolve; em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, *elas se transformam em outra coisa*. (...) A resultante ultrapassa, portanto, cada espírito individual, assim como o todo ultrapassa a parte. Ela existe no conjunto, assim como existe por causa do conjunto. (...) Cada um contém qualquer coisa dessa resultante; mas ela não está inteira em nenhum. Para saber o que é na realidade deve-se considerar o agregado em sua totalidade.

Disso resulta, segundo Durkheim, que a exterioridade das representações coletivas em relação aos indivíduos particulares pode ser comparada à exteriorização dos fatos psíquicos ou das representações individuais em relação às células cerebrais. E aqui se começa a vislumbrar as raízes da crítica que se pode fazer à sua concepção de representação coletiva e de fato (fenômeno) social. Sua argumentação sobre a desconexão entre a representação individual e a base orgânica que a origina é até certo ponto fácil de aceitar. Afinal se as sensações provêm de células cerebrais dificilmente alguém pensaria em associar uma sensação específica a uma única célula nervosa localizada no cérebro. O mesmo se pode dizer com relação a uma ideia, no sentido de que se ela tem como substrato uma base fisiológica, um conjunto de células cerebrais, não é por isso que ela pode ser reduzida a nenhuma delas ou mesmo ao seu conjunto uma vez que as respectivas naturezas são plenamente diferenciadas. O resultado do funcionamento adequado do complexo de células nervosas – ou seja, ideias, pensamentos, noções, em suma, representações individuais - é um produto completamente diferente da matéria orgânica que lhe serve de base, que lhe dá origem. Enquanto elementos celulares constituem a base biológica que permite a emergência de uma ideia, esta se caracteriza exatamente pela sua natureza abstrata que não se confunde com aquela base.

Para Durkheim, da interação dos indivíduos de uma determinada coletividade, em consonância com as necessidades características da vida social, resultam representações que dão significado àquela sociedade, bem como fornecem os instrumentos fundamentais à sua existência e ao seu funcionamento. Da mesma maneira que a combinação de células cerebrais produz pensamentos, a combinação de indivíduos produz representações coletivas; e como o pensamento se projeta de um conglomerado cerebral que constitui sua base orgânica, as representações se projetam da vida coletiva que resulta da interação do conglomerado de indivíduos. Mas entre os dois processos há uma diferença que Durkheim não levou em conta. As células resultam de uma

combinação química homogênea no sentido de que possuem a mesma constituição e se apresentam como um modelo invariante. Ainda que se possa dizer que há funções diferenciadas para cada grupo de células que estão na base da formulação de uma ideia, essas funções são invariáveis.

O grupo que desempenha uma atividade vai continuar a fazê-lo sempre; ele existe para isso. A base orgânica cerebral é, portanto, constante a despeito das formulações de ideias ou representações mais variadas. A rigor, a analogia feita por Durkheim entre a construção do pensamento e das representações só seria adequada se estas resultassem de uma coletividade digna do Admirável Mundo Novo de Aldous Huxley. Isto porque ao conjunto de células cerebrais, homogêneas em sua composição química que perfazem sempre as mesmas funções, corresponderia uma sociedade de indivíduos clonados que, por isso mesmo, apresentariam a mesma constituição biológica, a mesma capacidade e desempenho, seriam divididos em grupos que executariam as mesmas funções e teriam um mesmo comportamento. À relação fisiológica das células que produzem sentimentos, sensações e ideias corresponderia, portanto, uma relação mecânica dos indivíduos idênticos que elaborariam então as representações coletivas.

O que se quer destacar é que a célula é sempre uma célula e funciona sempre da mesma maneira, pela combinação de seus elementos internos e pela associação com outras células semelhantes a ela. Mas o indivíduo não é nunca apenas um indivíduo. Como Durkheim sempre enfatizou, ele é um ser como indivíduo e “outro” ser como pessoa. Por um lado, ele apresenta características biológicas próprias que, se o aproximam de todos os demais por sua natureza humana, por outro, o diferenciam também de todos por suas capacidades intrínsecas e por sua natureza psíquica, ambas alicerçadas em sua constituição biológica. Ainda, como ser individualizado, ele possui um perfil psicológico que o diferencia de todos os outros, fazendo dele um ser único em sua exclusividade subjetiva. Além disso, tal indivíduo vive em uma coletividade que possui uma cultura característica e compartilha com seus pares os valores, comportamentos e padrões dessa cultura. Neste caso ele é um ser social, por assim dizer uma individualidade coletivizada, que expressa através das suas representações individuais e do seu comportamento a cultura, vale dizer, o conjunto das representações coletivas daquele contexto, consubstanciadas na relação mantida entre os diferentes agentes sociais.

Então, se se considera que as células se homogeneízam na produção de uma dada representação coletiva, no sentido de que a contribuição de uma célula particular para a formação dessa representação não é distinguível da contribuição de outras células - e aqui parece encontrar-se um ponto extremamente importante para deixar claro a impropriedade da analogia durkheimiana -, nem todos os indivíduos de uma coletividade contribuem para a elaboração das representações coletiva. Isto porque em todo contexto social há sempre uma população marginal que tem um desempenho desprezível na vida da sociedade, particularmente na construção ou re-elaboração das representações coletivas. Geralmente as pessoas muito idosas, muito jovens, aquelas com algum tipo de restrição mental ou física grave ou ainda aquelas que a antropologia tem definido como “outsiders” tendem a ficar à margem da dinâmica social de que emergem as representações coletivas. Além disso, a maior parte dos indivíduos tem uma participação bastante moderada nessa construção dada sua natural passividade social, sua tendência a um maior conformismo com as normas já estabelecidas, e à resignação de se contentarem com uma posição de subordinação em relação aos agentes mais dinâmicos e impositivos, características que os levam a engrossar aquele contingente que, segundo Etienne de La Boétie (1999), pratica a chamada “servidão voluntária”.

Já as pessoas mais ativas, que apresentam qualidades de liderança e têm um desempenho mais valorizado pelo grupo, ou mesmo aqueles com tendências despóticas, que têm uma participação social mais incisiva, que se impõem de uma maneira ou de outra aos seus pares, bem como aqueles indivíduos que, por qualquer razão, desfrutam de maior prestígio e mais poder, acabam tendo um papel mais destacado na construção das representações coletivas. Em outras palavras, as representações resultam da interação dos indivíduos, mas nem todos contribuem para a sua elaboração e, dentre os que o fazem, uns operam de maneira mais decisiva do que outros. Por essa razão dizemos que as representações coletivas possuem uma natureza desigualitária, no sentido de que alguns indivíduos contribuem mais vigorosamente para sua construção. Durkheim, ao não fazer referência a essa participação desigualitária dos indivíduos na construção das representações coletivas, parece aventar a hipótese de que todos têm um desempenho equivalente em relação a ela, ou, ainda, que ao final do processo as participações diferenciadas acabam-se anulando - o que em termos práticos seria a mesma coisa -, tornando impossível distinguir contribuições diferenciadas no processo de elaboração daquelas representações.

Deve-se considerar também que o conjunto de células responsável pela produção de uma ideia, por assim dizer, “perde contato” com ela depois de produzida, pois a ideia não só não se encontra mais nele como também não lhe causa nenhum tipo de coerção, não exerce sobre ele nenhuma influência, nem mantém com ele qualquer tipo de interação. É como a imagem de uma flecha projetada de um arco. Este lhe dá a propulsão e a direção, mas, uma vez lançada, a flecha não sofre mais influência dele nem tem qualquer influência sobre ele. Uma tal analogia, não obstante, poderia ser contestada em alguma medida porque, diferentemente de células e ideias que não possuem a mesma natureza, arco e flecha possuem semelhante base material – a madeira com que são confeccionados. Nesse caso, uma analogia mais adequada seria a propiciada pela pólvora dos fogos de artifício e as luzes coloridas e brilhantes que engalanam o céu noturno em dias festivos e que remetem a naturezas – dos materiais com que a pólvora é feita - completamente distintas, como acontece com as ideias que “brilham” ao serem “projetadas” pelas células nervosas e que adquirem uma nova natureza – isto é, diferente da natureza químico-biológica constitutiva do tecido celular – e, pairando sobre elas, não têm com elas mais nenhuma vinculação.

Em todo o caso, se a representação coletiva não tem a mesma natureza humana da coletividade que a produz, por outro lado nunca abandona sua “base coletiva de lançamento”, sob o risco de deixar de existir como representação. Pois, o que caracteriza a relação entre a representação e a coletividade é exatamente a contínua e permanente influência recíproca. As representações agem coercitivamente sobre os indivíduos, enquanto estes estão continuamente remodelando as representações, movimento esse que constitui a dinâmica por excelência da mudança social e cultural. Ou seja, as representações coletivas produzidas pela sociedade “retornam” não à coletividade como um todo, mas aos agentes sociais individualizados e são reproduzidas também individualmente pela consciência de cada um como representações individualizadas. Maffesoli se reporta a esse aspecto ao observar que “a originalidade do procedimento sociológico reside no fato de que ele se apóia na materialidade de Estar junto. (...) O homem não é mais considerado isoladamente. E mesmo quando admitimos a preponderância do imaginário, não devemos esquecer que, de retorno, volta a materializar-se nele” (MAFFESOLI, 1987, p. 104).

As representações coletivas têm, portanto, poder de coerção sobre os indivíduos, no sentido de que agem coercitiva e continuamente sobre o seu comportamento e modos de pensar e sentir. Assim, interagem fortemente com eles, inserindo-se parcialmente

neles sob a forma de representações individuais. E, se na produção do pensamento o padrão de relação intercelular – em termos da função desempenhada por cada unidade – é constante, inalterada, a coletividade humana é constituída por um conjunto diferenciado de individualidades que não só são coagidos pelas representações que ajudam a produzir, mas também continuam agindo sobre elas, remodelando-as de maneira não consciente, mas sempre mantendo com elas uma permanente relação.

O resultado da participação diferenciada dos indivíduos no produto coletivo das representações é mais perceptível se em vez de grandes coletividades considerarmos grupos de indivíduos que tenham interesses semelhantes no interior de uma coletividade mais abrangente. Esses constituem para Durkheim os “grupos secundários” que elaboram também suas representações coletivas ao nível dessas “coletividades intermediárias”. Ou seja, “as representações, que são a trama dessa vida [social], originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total” (DURKHEIM, 1970, p. 33). Se se pode considerar uma classe social como um grupo secundário na acepção durkheimiana, no sentido de que se destaca da sociedade total e possui seus próprios interesses e objetivos – ainda que em consonância com a coletividade mais abrangente – deve-se obviamente admitir que tal classe pretende “impor” seus interesses, suas concepções, vale dizer, suas “representações coletivas secundárias”, ao restante da sociedade. Ou seja, deve pretender fazer com que suas representações coletivas parciais ou “secundárias”, sejam alçadas à categoria de representações coletivas totais, isto é, que dizem respeito a toda a sociedade. Pois essa é a concepção social marxista no sentido de que uma classe, a classe dirigente, dos proprietários dos meios de produção, exerce o controle sobre a sociedade como um todo.

O que queremos, então, enfatizar é que as representações parciais têm mais força social do que as grandes representações coletivas porque dizem respeito a interesses concretos de grupos solidários que são – através dos indivíduos que os compõem – os verdadeiros motores da dinâmica social. O pensamento de Weber corrobora tal visão à medida que advoga alguma autonomia para os significados culturais ou o conjunto de representações, sem deixar no entanto de levar em conta o substrato material e o contexto político em que emergem as representações. Procurando mostrar que o meio sociocultural é também influenciado por fatores econômicos e interesse políticos, Weber proclama: “não são as ideias, mas os interesses materiais e ideais que governam

diretamente a conduta do homem. Muito frequentemente, porém, as “imagens mundiais” que foram criadas pelas “ideias” determinaram como manobreiros, as linhas ao longo das quais a ação foi impulsionada pela dinâmica dos interesses” (WEBER, 1974, p. 83 – apud MINAYO, 2000, p. 94). Daí, então, sua concepção de que as representações coletivas antes de resultarem de uma colaboração de todos os indivíduos, provêm dos grupos dominantes que “impõem” sua visão de mundo e seus interesses à sociedade como um todo.

Mas num nível de abstração ainda menos elevado, que diz respeito à participação do indivíduo na construção das representações coletivas dos grupos secundários, o raciocínio acima pode ser mantido. Ou seja, assim como um determinado grupo pretende impor sua “visão de mundo”, o conjunto de suas representações coletivas, aos demais grupamentos secundários, dentro de cada grupo, no processo de construção de suas representações coletivas parciais, cada indivíduo vai trabalhar – em maior ou menor grau, conscientemente ou não – para fazer valer a sua representação individual sobre as dos seus pares, visando a elevá-la à categoria de representação coletiva daquele grupo secundário. Pois é assim que a sociedade se move. Apesar de perceber que a relação do indivíduo com a sociedade era intermediada pelos grupos secundários, Durkheim não lhes dedicou a atenção necessária, de modo que acabaram dissolvendo-se na instância superior que lhe parecia muito mais importante, ou seja, a coletividade como um todo. A importância desses grupos está em que seu controle é o primeiro movimento do indivíduo para atingir seus objetivos sociais e pessoais, em sintonia com seu perfil psicológico. Esse controle pode ser feito pelo uso da força ou ameaça, ostensiva ou velada, do seu uso; pela manipulação consciente que faz dos indivíduos mais frágeis do grupo; ou por sua postura social, que decorre então de suas predisposições pessoais e da sua aceitação como um líder natural.

A guerra virtual na conformação hobbesiana, a competição, o desejo de dominação que permeia nossa vida cotidiana é, antes de tudo, uma guerra entre representações individuais; ideias, noções, conceitos transformados em armas simbólicas, em ações práticas, em comportamentos, em modos de agir que visam a um objetivo concreto que é o de um indivíduo sobrepor suas ideias e concepções às dos seus pares, de transformar suas representações individuais em representações coletivas do grupo a que pertence. A força motriz da sociedade, portanto, repousa na representação individual, transformada em representação coletiva dos grupos secundários, bem como no controle desses grupos pelos indivíduos que conseguem

“impor” sua visão de mundo (expressa evidentemente por suas representações individuais, que são, por sua vez, e em larga medida, moldadas pelas representações coletivas da sociedade) aos outros indivíduos e, subsequentemente, na atuação desses grupos no sentido de submeter os demais grupos secundários aos seus desígnios. Portanto, quanto maior for o espaço social dominado pelas representações de um dado grupo, maior imposição, força e controle ele terá sobre sociedade como um todo. De maneira semelhante, quanto maior for o espaço do grupo secundário dominado pelas representações individuais de um dado sujeito, maior imposição, força e controle ele terá sobre esse grupo.

Até aqui estivemos mais envolvidos com a questão das representações individual e coletiva com o objetivo de mostrar que embora elas mantenham sempre uma relação entre “parte” e “todo” e que aquela se submete a este, a parte está sempre “respondendo” ao todo, criando tensões e propondo modificações nele. Como unidade básica, motora, desse processo está o sujeito, o agente concreto da ação, o indivíduo alicerçado em suas representações individuais. Quando ele consegue impô-las ao seu grupo secundário elas não deixam também de receber retoques, reparos, modificações, uma espécie de concessão feita aos outros indivíduos que, se não abrem completamente mão das suas representações individuais, contentam-se não obstante em vê-las descaracterizadas o suficiente para serem “enquadradas” pelas representações individuais a que se estão submetendo.

Do exposto, podemos perceber claramente que, se as representações coletivas são construídas pela coletividade, não é toda coletividade que participa dessa construção, e aqueles que o fazem não atuam da mesma maneira, isto é, não têm um desempenho equivalente, igualitário em relação a ela. Aqueles que contribuem mais na construção das representações coletivas ganham muito com sua contribuição desigualitária. Primeiro, acabam tendo um desempenho social mais sintonizado com as representações coletivas do grupo uma vez que elas estão mais próximas de suas próprias representações individuais; depois, desfrutam de maior prestígio porque os outros percebem que eles se destacam das pessoas comuns na construção das representações coletivas do grupo e lhes atribuem uma postura afirmativa que agrega valor às suas proposições, alicerçadas sempre em suas representações individuais; e, ainda, tendem a ver fortalecidas sua auto-estima pelo reconhecimento que os outros lhes conferem nesse processo o que, por sua vez, favorece novos desempenhos que tendem a reafirmar seu comportamento impositivo em relação às outras representações

individuais. Assim se revela, portanto, o caráter desigualitários das representações coletivas em termos do seu processo constitutivo, bem como as consequências desse processo para o contexto social que o encerra.

Em linhas gerais, o que discutimos até aqui com referência às representações coletivas pode ser aplicado à noção de coletividade esposada por Durkheim. Assim como as representações coletivas têm natureza diferente dos indivíduos de cujo relacionamento elas provêm, são exteriores a eles e têm sobre eles poder de coerção, a coletividade também não se reduz à soma dos sujeitos particulares, tem natureza diferente da deles e é exterior ao ajuntamento de indivíduos, pairando sobre eles como uma nuvem que paira sobre a superfície líquida que lhe deu origem.

Embora Durkheim não seja pródigo em exemplos concretos da relação entre indivíduo e coletividade, principalmente de como aquele contribui par a formação desta, não deixa de notar que “embora o fato social seja devido, em parte, à nossa colaboração direta, sua natureza não é diferente (...) [das] crenças e práticas que nos são transmitidas já fabricadas pelas gerações anteriores”. E ilustra então suas observações com um exemplo em que, da mesma forma que procedeu com referência às representações coletivas, deixa claro seu fascínio pelo resultado das interações individuais, pelo coletivo, em detrimento das participações individuais diferenciadas na fabricação desse coletivo e, conseqüentemente, na importância que os “mais fortes” têm nesse processo, com o resultado de que suas individualidades se impõem de maneira mais efetiva na coletividade resultante e são mais susceptíveis de exercerem controle sobre ela.

Numa grande reunião, os movimentos de vivo entusiasmo, de indignação, de piedade que se produzem, não têm por origem nenhuma consciência particular. Vêm a cada um de nós do exterior e são suscetíveis de nos arrastar sem que o queiramos. (...) O sentimento coletivo que explode numa reunião, não exprime simplesmente o que há de comum em todos os sentimentos individuais. Constitui algo de muito diferente, como já mostramos. É resultante da vida em comum, é produto das ações e reações travadas entre as consciências individuais, e é em virtude da energia especial que lhe advém precisamente de sua origem coletiva que repercute em cada uma delas. Se todos os corações vibram em uníssono, não é em consequência de uma concordância espontânea e preestabelecida; é porque a mesma força está a movimentá-las no mesmo sentido. Cada um é arrastado por todos (DURKHEIM, 1963, p. 4, 8-9).

Para destacar desse trecho o que é mais importante para nossas considerações, podemos resumi-lo dizendo que, de fato, o sentimento coletivo que emerge em uma reunião “tensa”, com grande densidade emocional – por isso que ela “explode”, na

expressão de Durkheim – entre indivíduos que confrontam suas posições, ideias, opiniões, em suma, suas representações individuais, não deixa de resultar, de alicerçar-se na vida em comum. Mas sua origem – e aqui está, a nosso ver, o ponto nodal do lapso durkheimiano - não é a coletividade como tal; é o indivíduo. O que pode dificultar a compreensão desta afirmação é que, muito comumente, a origem individual do sentimento ou das representações coletivas não tem grande importância social e se perde mais facilmente no emaranhado de contribuições particulares. É o caso de um boato que alguém, por brincadeira ou má intenção, dissemina numa comunidade. O boato acaba assumindo a feição coletiva, passando a ser coletivo em sua natureza e adquirindo feições modificadas à medida que se vai espalhando pelo grupo e pode chegar a não ser reconhecido pelo seu iniciador, ainda que guarde com o boato original óbvios vínculos de parentesco.

Em termos mais concretos, pode-se recorrer a um “grito de guerra” que “explode” numa passeata política ou no seio de uma torcida organizada. Ele é entoado por toda a coletividade mas sua origem não é coletiva, pois foi “criado” por uma única consciência individual, mas cuja identificação, nesse contexto, não se reveste de nenhum significado social. O mesmo acontece com uma ideia que alguém produz sem nenhuma pretensão de superar ideias semelhantes, mas que é apropriada por algumas pessoas que, achando-a interessante, transformam-na numa “corrente de opinião”, que tem uma natureza eminentemente social, não sendo relevante a identificação do produtor original daquela ideia. Desnecessário ressaltar que tal processo está também na base da construção de ideias mais abrangentes como as representações coletivas. Que elas resultam da “vida em comum”, como Durkheim ressalta, não há dúvida; mas também não temos dúvida de que não se pode dizer que uma dada representação “não tem por origem nenhuma consciência particular” como destaca o sociólogo. Ela pode não se identificar exatamente com a ideia original produzida por um indivíduo, como acontece com a representação coletiva dos grupos secundários em relação à consciência individual que concorreu mais decisivamente para sua produção, mas sua origem enquanto tal, não pode ser coletiva; tem que ser individual por ser produto da ação, do pensamento de um único sujeito, de um indivíduo particular, concreto, embora se transforme em produto coletivo pela apropriação “indiferenciada” feita pelos outros indivíduos e adquira o poder de coerção que lhe é característico.

Tais inferências são menos evidentes quando se consideram grandes concentrações de pessoas, multidões ou mesmo uma “grande reunião”, cujos

“movimentos” – segundo Durkheim - não têm por origem a consciência particular de qualquer indivíduo, chegam até nós do “exterior” e podem-se-nos impor independentemente da nossa vontade. Não é difícil concordar com tais assertivas, pois num primeiro momento não percebemos seu caráter ilusório, mas se nos debruçarmos sobre o contexto de uma “pequena reunião” vemos com mais clareza a verdadeira origem dos sentimentos e opiniões coletivas. É que num quadro de dimensões reduzidas o papel do indivíduo surge com mais nitidez e podemos perceber como a contribuição desigual dos sujeitos na formação do fato social, do sentimento que impera na coletividade secundária e da sua visão de mundo, tem importância decisiva no conteúdo dessas manifestações e nas formas diferenciadas pelas quais cada sujeito se relaciona com elas, no sentido de ser beneficiado, prejudicado ou coagido por elas em maior ou menor grau.

Em face de um tema novo a ser considerado entre várias pessoas de um grupo reduzido, as opiniões individuais projetadas pelas consciências individuais entram necessariamente em competição, dado o fato dos sujeitos só poderem exercitar suas ideias, conceitos e opiniões a partir de suas individualidades particulares em consonância com seu mundo subjetivo. Alguém se vai destacar nesse processo por ter feito a melhor proposta em face daquele tema ou mesmo pelo respeito ou prestígio que desfruta naquele grupo. O receio de confronto com alguém que é fisicamente mais forte, ou mais poderoso institucionalmente ou tem mais prestígio também faz com que a maioria não “lute” com muita vontade de vencer a disputa e se acomode a uma posição de submissão. Tal grupo já foi identificado quando discutimos a questão da representação coletiva em termos da prática da servidão voluntários aventada por La Boétie. Freud também abordou esse ponto em célebre correspondência com Einstein ao afirmar que

A situação é simples enquanto a comunidade consiste em apenas poucos indivíduos igualmente fortes. (...) Um estado de equilíbrio dessa espécie, porém, só é concebível teoricamente. (...) A justiça da comunidade então passa a exprimir graus desiguais de poder nela vigentes. As leis são feitas por e para os membros governantes e deixa pouco espaço para os direitos daqueles que se encontram em estado de sujeição. (...) Um exemplo da desigualdade inata e irremovível dos homens é sua tendência a se classificarem em dois tipos, o dos líderes e o dos seguidores. Esses últimos constituem a vasta maioria; têm necessidade de uma autoridade que tome decisões por eles e à qual, na sua maioria devotam uma submissão ilimitada. (FREUD, 1976, p. 248, 255-256).²

² Cf. ainda Fromm, 1970.

Quem consegue impor sua opinião obviamente o faz em sintonia com sua visão de mundo e seus interesses particulares, por mais que tais interesses não aflorem à consciência. As discussões da vida cotidiana que envolvem pessoas comuns, via de regra, narcisistas e egocêntricas, refletem tentativas de imposição por um indivíduo de suas ideias e opiniões, vinculadas diretamente à satisfação de seus desejos, vontades e interesses pessoais, mesmo que – é preciso fazer a concessão – tais impulsos não sejam reconhecidos pela consciência em toda a sua extensão. Mas o que importa destacar é que o grupo vai compartilhar uma opinião que teve origem numa consciência particular, numa ideia ou representação individual. Desnecessário enfatizar que essa ideia já decorre do envolvimento do sujeito portador dela na teia de significados que conformam a cultura do grupo, a qual – esta sim, se se pensa nela como a sede de todas as representações coletivas – tem sua raiz perceptível no conjunto dos indivíduos, dado o elevado nível de abstração em que se situa, ao contrário do nível em que se colocam as representações coletivas secundárias face às consequências práticas imediatas que resultam delas.

O que se aplica a um grupo de pequena escala se aplica também aos maiores e mesmo grandes. Neste caso, a não ser quando se trata de uma mega liderança, que escapa por isso mesmo aos padrões comuns e domina sozinha a cena coletiva (mas mesmo assim ela já deve estar apoiada em um ou mais grupos secundários), é mais comum que um pequeno grupo liderado por uma individualidade dominante imponha suas ideias e representações parciais a toda a coletividade. É o que acontece, por exemplo, num partido político que desenvolve um programa baseado nas propostas de um grupo menor e que venceu a convenção partidária, dessa maneira transformando suas ideias e opiniões em opinião da coletividade partidária. Então, como ocorre com as representações, há sempre uma troca de influência entre o indivíduo, o grupo secundário e a coletividade. No final do processo pode-se perder de vista o papel dos sujeitos na construção dessa coletividade, mas uma análise minuciosa vai revelar que interesses grupais tornaram-se interesses coletivos, que grupos menores ganharam mais poder com isso e que indivíduos particulares estiveram no comando desse processo.

Mas, também se percebe com muita nitidez, mesmo considerando uma enorme coletividade, digamos a nível nacional, como os indivíduos mais importantes têm um papel decisivo na construção da coletividade, das representações coletivas, dos padrões

de comportamento e dos valores, e também traçam os caminhos da sociedade em consonância com seus desejos pessoais e seu perfil psicológico, influenciando o comportamento e modos de pensar e sentir da multidão que se lhe apresenta como indiferenciada e submissa. Líderes como Hitler, Stalin e Mao, seguramente foram líderes dessa espécie, que conduziram a coletividade nacional segundo sua vontade particular. A história recente da humanidade muito provavelmente teria outros desdobramentos se eles não tivessem existido ou se suas opiniões, posturas, determinações e estruturas psíquicas fossem muito diferentes do que eram na realidade, ou se acabassem anuladas, dissolvidas no entrelaço de representações individuais e individualidades particulares que, segundo Durkheim, estão na base das representações coletivas e da coletividade como tal.

A coletividade tem, sim, uma natureza diferente da dos indivíduos particulares e os submete continuamente aos seus padrões coletivos, mas sofre deles pressões movidas por interesses individuais e se molda em consonância com as participações diferenciadas dos indivíduos na sua elaboração, alicerçadas em suas opiniões, visões de mundo, desejos e interesses particulares. Para deixar patente sua ideia de coletividade, Durkheim recorre uma vez mais ao papel desempenhado pelas células, desta vez em relação à vida, que não se reduz a nenhuma delas nem a nenhum dos seus elementos constituintes. Sua natureza é diferente delas apesar de manter com elas uma constante interação e depende dessa base fisiológica para poder existir. Mas ainda assim cabe considerar mais detalhadamente essa analogia e reconhecer que uma célula mal formada pode comprometer todo o organismo de que depende a vida, como a célula cancerígena se impõe a todo o conjunto celular que, por assim dizer, “dá vida à vida”. Assim, um indivíduo destacado de uma coletividade pode dominar toda essa coletividade se conseguir impor suas ideias e posições ao conjunto social em que se insere.

Uma analogia do campo culinário relacionada ao indivíduo *vis-à-vis* a sociedade que também pode ser esclarecedora de nossa posição é a que diz respeito a uma iguaria, digamos uma sopa, feita de unidades de variados legumes. A combinação destes pode resultar equilibrada a ponto do produto final apresentar um sabor e uma coloração “neutros”, ou seja, diferentes dos sabores e cores de todos os legumes utilizados, como se ao final do preparo os sabores e cores dos legumes “individuais” acabassem anulando-se mutuamente. Em um caso atípico pode-se imaginar que uma pessoa de paladar muito sensível possa listar alguns legumes que compõem a iguaria, mas a maioria das pessoas tende a saborear a sopa com muita dificuldade de distinguir que

ingredientes (individuais) fazem parte do produto final (coletivo). Dizer, portanto, que toda coletividade contém e supera as individualidades que não são reconhecíveis nela e que combina todos os participantes de modo a que o resultado seja um “caldo” indiferenciado de todos eles, é como se todas as sopas produzissem aquele resultado “neutro”, isto é, com um sabor indistinguível dos produtos constituintes combinados. Essa é a sopa análoga à coletividade durkheimiana, mesmo se se considera que aquela e os ingredientes que estão na sua origem possuem uma mesma ou semelhante natureza (pelo menos no sentido de são coisas concretas).

Mas vamos manter a analogia e mostrar como, de maneira mais convincente, ela ainda assim favorece nossa posição. Se na referida iguaria for colocado um legume de tamanho muito maior do que o dos outros – ou uma quantidade bem maior de um determinado legume, o que teoricamente seria a mesma coisa - o produto final ainda que não tenha (e não poderia mesmo ter) exatamente seu sabor ou coloração, se apresentará evidentemente mais “parecido” com ele, de modo que ele será facilmente reconhecido como um componente “acima da média”. Pois esse quadro é que nos parece mais adequado para referir à coletividade resultante da “mescla” de indivíduos que estão na sua base. O comportamento impositivo de uma liderança forte vai fazer com que o “sabor” da coletividade, que se exterioriza em relação aos indivíduos constituintes, revele mais objetivamente a “presença marcante” do líder, isto é, o “sabor” das suas paixões, ideias, desejos, vontades e interesses.

Uma partida de futebol exemplifica talvez de maneira ainda mais contundente nossa posição sobre a ilusão da coletividade “indiferenciada”, pois aqui temos um quadro mais fiel ao pensamento durkheimiano, no sentido de que os atletas considerados individualmente têm uma natureza muito diferente do produto final, coletivo, da partida, que é o resultado do jogo. Quem estiver apenas interessado neste resultado fica sabendo que o time A venceu o B e quantos gols foram marcados, sem ter nenhuma ideia do que realmente aconteceu em campo. Mesmo quem assistiu ao jogo “sem entender de futebol” percebe dois conjuntos adversários se movendo e disputando a bola para fazer gols, sem saber distinguir com clareza o desempenho diferenciado dos jogadores que conseguem levar seu time à vitória. Neste ponto terminaria a analogia, se considerada do ponto de vista durkheimiano.

Já uma pessoa entendida no esporte, apesar de valorizar o resultado da partida – que, afinal, é o que realmente conta – vai perceber detalhes das participações muito diferentes dos jogadores, que às vezes contam mais (simbolicamente) do que a simples

soma dos gols produzidos. Assim, a vitória de um time acaba frequentemente levando a “marca” mais do que óbvia – para os iniciados nesse esporte - deste ou daquele jogador, e o resultado da partida provavelmente seria muito diferente se ele não tivesse participado dela. Quantas vezes os times de futebol reconhecem seus “heróis”, como os grupos sociais secundários, partidos e nações têm seus líderes que “jogam” como um grande jogador e “marcam” a coletividade com seus desejos, vontades, interesses e ambições! Portanto, tanto o grande jogador como o líder de um grupo infundem nas respectivas coletividades características sintonizadas com suas qualidades, aquelas as desportivas, estas as relacionadas à sua condição de liderança e ao seu poder pessoal.

À guisa de conclusão, portanto, ressaltamos que representações não pairam indistintamente sobre uma coletividade de indivíduos indiferenciados quanto à participação na sua construção. Tal participação é necessariamente desigualitária porque cada qual coloca em jogo sua representação individual particular, seus desejos e seus interesses, de cujo confronto resulta que alguns contribuem de maneira mais decisiva para aquela construção e vêm prevalecer suas representações individuais no contexto social que - com as modificações recebidas pelo contato com outras representações individuais - se tornam então representações coletivas desse contexto. As representações coletivas, por sua vez, “retornam” aos indivíduos em forma de constrangimentos – frequentemente imperceptível por eles - e continuam a ser moldadas pela sociedade devido às permanentes interações mantidas pelos indivíduos particulares. Mas alguns têm mãos “mais pesadas” do que os outros, do que resulta uma participação maior nesse processo muito especial de modelagem.

Esses são os líderes ou as pessoas que angariam mais prestígio, em consequência do que ficam mais sintonizados com a representação coletiva final, seja do seu grupo secundário seja da coletividade maior. Têm, portanto, sua visão de mundo mais amplamente contemplada pelos valores, normas e padrões de comportamento característicos da sua sociedade e da sua cultura - que expressa o conjunto das representações individuais e coletivas - do que as pessoas comuns e, conseqüentemente, um comportamento social “naturalmente” mais bem integrado à rede de significados que o configura do que os outros. Conseqüentemente, o poder de coerção das representações coletivas se abaterá sobre eles de forma muito mais moderada do que sobre aqueles cujas representações individuais se “afastam” dos padrões coletivos vigentes. Por tudo isso, via de regra, tais líderes dispõem de posição social, “força” – qualquer que seja o sentido atribuído a essa palavra – e personalidade para atuar cada

vez mais vigorosamente “a favor” da coletividade, cujos interesses e objetivos “coincidem” com os de seu grupo secundário e, mais ainda, com os de sua individualidade particular. Portanto, ao não considerar a natureza desigualitária das representações coletivas Durkheim concebeu uma coletividade ilusória, irreal, porque equidistante dos indivíduos que lhe servem de base, como os pontos que formam uma circunferência equidistam do centro do respectivo círculo. Nesse caso a coletividade manteria com os indivíduos uma mesma relação, coagindo-os de maneira semelhante ou na mesma proporção, noção essa que qualquer realidade social contradiz de maneira peremptória.

Segundo Durkheim, “crenças, tendências, práticas do grupo tomadas coletivamente é que constituem os fatos sociais; quanto às formas que os estados coletivos revestem ao se refratar nos indivíduos são coisas de outra espécie” (DURKHEIM, 1963, p. 6). Provavelmente, estas “coisas de outra espécie” fossem, no seu entender, mais adequadamente tratadas pela psicologia. Tivesse Durkheim se preocupado em deslindar aquele processo de refração, ou seja, em compreender como o fato social impregna o indivíduo, talvez tivesse aprofundado a reflexão sobre o processo inverso, ou seja, de como a consciência individual age para repercutir a subjetividade do sujeito em termos de uma representação individual e de sua participação diferenciada na construção das representações coletivas dos grupos secundários de que participa. A referência à participação individual na elaboração dos fatos sociais é mencionada de maneira superficial, suficiente apenas para registrar sua existência; e isso parece ser o bastante: “Não há dúvida de que o indivíduo desempenha um papel na gênese destes fatos. Mas, para que exista o fato social, é preciso que pelo menos vários indivíduos tenham misturado suas ações, e que desta combinação se tenha despreendido um produto novo” (Idem, p. XXX). Feito o registro, Durkheim volta o foco de sua atenção para o que de fato lhe interessa, ou seja, a mistura das ações dos indivíduos e, mais ainda, o “produto novo” que resulta dela, o fato social.

Priorizando o coletivo, que não se reduz às expressões individuais, mas que é influenciado por elas de forma desigual a partir de sujeitos que, se são iguais em sua natureza humana, são muito diferentes em termos de capacidades, desempenhos, perfis psicológicos e atuações sociais, Durkheim – a despeito de suas enormes contribuições ao campo sociológico – acabou por minimizar as participações desigualitárias dos indivíduos particulares, dos agentes concretos que apresentam características distintas de todos os outros, naquele “produto novo”, que por isso mesmo tem um caráter

ilusório, tanto no que respeita às representações coletivas quanto à coletividade como tal, o que tem dificultado uma compreensão mais aprofundada da verdadeira natureza do social.

Bibliografia

BOHANNAN, P. J. Conscience collective et culture. In: **Essays in sociology and Philosophy**. New York: Harper and Row, 1964

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3^a. ed. São Paulo: Nacional, 1963.

DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

FREUD, Sigmund. Carta a Einstein. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FROMM, E. **O medo à liberdade**. 7^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

GIDDENS, A. **As ideias de Durkheim**. São Paulo: Cultrix, 1981.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JEANTET, T. **O indivíduo coletivo**. São Paulo: Vértice, 1986.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MINAYO, M. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RODRIGUES, J. A. (org.). **Émile Durkheim: Sociologia**. 3^a. ed. São Paulo: Ática, 1984.

ALLES, J. C. **A filosofia de Durkheim**. Salvador: EDUFBA, 1978.

TODOROV, T. **A vida em comum**. Campinas: Papyrus, 1996.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985.